



Handwritten signature and initials, possibly 'MS' and '90', with a date '12' below it.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA REALIZADA EM VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS :-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mortágua.-----

-----Depois de saudar todos os presentes, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, passando de imediato à conferência da presença dos Membros, verificando-se que faltaram à presente sessão:-----

-----O Membro Isabel de Matos, eleita pelo PS apresentou justificação de falta, por escrito, à presente sessão, devido a motivo familiar, e foi substituído, nos termos dos artigos 7º. e 10º. do Regimento da Assembleia Municipal, por Pedro Filipe Matos Martins, que se encontrava presente.-----

-----O Membro Daniel José Cruz Conde de Matos, eleito pelo PS apresentou justificação de falta, por escrito, à presente sessão por se encontrar em confinamento devido ao COVID19, foram convocados respetiva e sucessivamente, Joana Patrícia Fernandes Coelho que comunicou a sua indisponibilidade de estar presente, e Gabriel Jorge Ferreira Lopes, que estava presente na sessão.-----

-----O Membro Artur Afonso Ramos, eleito pelo Grupo de Cidadãos Renova Mortágua não compareceu à sessão.-----

-----O Presidente da Assembleia informou que nos termos da alínea j), do nº.1 do artigo 18º. do Regimento a Mesa considerou justificadas as faltas do membros.-----

-----Assim, iniciou-se de seguida a apreciação e discussão da Ordem de Trabalhos, com a consecução do Período de Antes da Ordem do Dia:-----

-----PONTO UM: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um :-----

-----Foi dispensada a leitura da ata uma vez que a mesma foi enviada a todos os membros, assim colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade, a ata da sessão ordinária realizada em dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3, do artigo 34º., do Código do Procedimento Administrativo, devido ao facto de não terem estado presentes naquela sessão, não participaram na votação da ata os Membros Alcina Maria Gomes Rosa Saraiva, Carlos Eduardo Araújo Diogo, Gabriel Jorge Ferreira Lopes e José António dos Santos e Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, devido ao facto de não terem estado presentes naquela sessão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- PONTO DOIS: Leitura do Expediente: -----

-----O Presidente da Assembleia acusou a receção:-----

-----Do ofício referência 240, datado de 31/01/2022, do Senhor Presidente da Câmara a remeter, em cumprimento ao disposto no nº. 2 do artigo 15º. da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Pagamentos e dos Compromissos em atraso), alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março, a: Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2020 e a Declaração de pagamentos e de Recebimentos em Atraso Existentes em 31/12/2020 (artº. 15º., alíneas a) e b) da Lei nº. 8/2012, de 21/02 – LPCA), que se dão aqui por integralmente reproduzidas ficando arquivadas na pasta da presente sessão. Tendo a Assembleia tomado conhecimento .-----

-----Do ofício da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua referência D/2021, datado de 30/12/2022, a enviar o Plano de Atividades e Orçamento de 2022 daquela Associação, bem como as propostas apresentadas por aquela Direção conforme constava da ordem de Trabalhos e aprovadas na Assembleia Geral realizada a 29 de Dezembro.-----

-----Por último deu conhecimento do Despacho da Mesa da Assembleia Municipal, datado de 17 de fevereiro de 2022, em que, na sequência dos ofícios referência ofício referência 402, datado de 17/02/2022, do Senhor Presidente da Câmara a solicitar a inclusão dos pontos na Ordem de Trabalhos da presente sessão, determinou admitir as propostas para apreciação e eventual aprovação deste Órgão.-----

-----PONTO TRÊS: Outros assuntos de interesse para o Município:-----

-----Solicitados, pelo Presidente da Assembleia, os membros a pronunciarem-se sobre assuntos de inserção neste ponto, e após o período de inscrição realizado nos termos do Regimento:-----

-----O Membro Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa fez a seguinte intervenção, sobre o funcionamento da Central Termoelétrica, instalada, sito no lugar do Freixo:-----

-----“Pretendo abordar esta tarde nesta Assembleia o assunto da central termoelétrica e construção da nova central junto à N 228.-----

-----Não podemos enquanto representantes dos munícipes, nem pode o atual executivo fazer vista grossa, sobre o problema que a Central Termoelétrica ora existente acarreta para os moradores do lugar do Freixo, preocupa-nos a localização ainda mais próxima da localidade do Freixo, da futura Central, que se prevê estar em funcionamento no prazo de dois anos.-----

-----Foi em 19 de janeiro do corrente ano o atual executivo abordado novamente por um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

morador do Freixo, com o problema das cinzas, ao qual foi respondido que iriam “investigar” e cito as palavras do próprio. -----

-----Questionamos assim, Sr. Presidente se os serviços municipais procederam à prometida investigação e se sim qual o resultado da mesma. Meus senhores e minhas senhoras, o que trago neste saco é a cinza, que foi recolhida num só dia, à porta de uma das casas que fica na Rua de Santa Catarina, ou seja, dentro da própria aldeia, a 850 m em linha reta da Central Termoelétrica. Relembro Sr. Presidente que temos casas a pouco mais de 600 m em linha reta da atual central, que ficarão a cerca de 300 m da nova termoelétrica-----

-----Este problema não é de hoje e já foi por várias vezes exposto pelos moradores do Freixo, ao anterior executivo, tendo sido supostamente solucionado na altura, pela proprietária da Termoelétrica, com a suposta substituição de filtros.-----

-----No entanto tal solução pouco adiantou, tendo sido pouco duradoura, continuamos a levar diariamente com este problema, comendo e respirando cinza! Estou certa de que a saúde dos nossos munícipes não pode ser descurada, e apelo ao executivo atual que faça junto das entidades competentes as démarches necessárias para que, primeiro: a central ora existente resolva de forma definitiva o problema das cinzas, até porque se prevê que se mantenha em funcionamento até à conclusão da nova e, segundo, que assegure que a nova central cumpra todos os requisitos ambientais, evitando que tal possa acontecer!-----

-----Ou não somos nós um município Verde!” -----

-----Logo após O Membro Manuel Marques Pereira, fez a seguinte intervenção: -----

-----“É urgente uma solução para a Barragem do Lapão.-----

-----Deparamo-nos com alterações climáticas, graves, que irão colocar o nosso país em situação de seca e até seca extrema de forma cíclica, situação essa, tudo indica, ocorrerá já este ano.-----

-----Assim uma solução definitiva para a Barragem do Lapão afigura-se nos premente para fazer face a este futuro muito próximo.-----

-----Tem o Sr. Presidente da Câmara vindo a falar nas últimas sessões nesta Assembleia do problema das ETAR do Concelho. Existindo várias instaladas ao longo do percurso da Ribeira da Fraga e seus afluentes, a inexistência de caudal na Ribeira irá agravar problemas antigos e, indubitavelmente, acarretar sobretudo no verão, cheiros nauseabundos para as populações. -----

-----Assim recordamos a promessa eleitoral deste executivo: urge intervir na Ribeira de Fraga, dada a necessidade do desassoreamento do leito da ribeira (acrescentamos: reconstruir os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

açudes danificados quando do iminente colapso da Barragem). -----

----Economicamente falando, também a Barragem do Lapão poderá ter um papel preponderante, para tornar a várzea do Reguengo, em termos de agricultura, economicamente rentável e sustentável. O potencial é, no mínimo, idêntico ao da várzea de Pala. -----

----Citando o site da Câmara: “Uma das mais vastas várzeas agrícola do distrito de Viseu”.-

----Bem sabemos que não está na alçada do executivo a resolução dum problema que existe há anos, mas apelamos que o Sr. Presidente lembre, insistentemente, o poder central que não pode ficar, só, pelas promessas quando das campanhas eleitorais. -----

----Urge uma solução que seja economicamente rentável para as populações e ecologicamente sustentável permitindo os repovoamentos piscícolas e valorização das margens. -----

----Não pode o desenvolvimento económico deste concelho assentar, apenas e só, em torno dos polos industriais.-----

----O Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer, relativamente à Central Termoelétrica, que foi abordado por pessoas do Freixo sobre a situação, não sendo esta nova, a informação de que disponha é de ter sido feita em 2019 uma intervenção nos chaminé e nos filtros, e que tinha melhorado o seu funcionamento.-----

----Não sabia que a situação se tinha agravado, sendo esta uma questão que a todos diz respeito, dado estar em causa a perda de qualidade de vida dos habitantes da povoação do Freixo, devido aos efeitos provocados pela laboração da Central Termoelétrica que utiliza como combustível biomassa florestal, e se encontra implantada na proximidade daquela povoação, e cujo ineficiente equipamento motiva a deposição de uma fuligem negra nas casas e nas culturas daquela localidade.-----

----Entende que não é admissível o que se está a passar, a Central foi inaugurada e entrou e funcionamento em 1999, e os equipamentos têm um tempo de vida útil, pelo que no momento estará a necessitar de ser requalificada por forma a dispor de equipamento de filtragem e depuração adequados e eficazes aos efeitos poluentes da produção e da queima de biomassa, que são nefastos ao ambiente e saúde pública.-----

----Informou que solicitou o agendamento de uma reunião com o novo diretor da Central, no entanto ainda não foi marcada.-----

----Quanto à construção da nova Central de Biomassa a implantar junto à existente junto vai ter tecnologia de ponta que salvaguarda as questões ambientais do seu funcionamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Ainda não conhece o projeto porque ainda se encontra em fase de elaboração, mas, em devido tempo o mesmo será devidamente analisado pela Câmara Municipal, e não serão de certeza descuradas as questões ambientais e de saúde pública que eventualmente poderão advir se não foram convenientemente previstas e acauteladas no respetivo projeto de execução.-----

----Relativamente à Barragem do Lapão, a sua reabilitação é uma preocupação e prioridade do Executivo Municipal e está bem expressa nas Grandes Opções do Plano, tendo sido também a mesma manifestada na Reunião que teve na Direção Regional de Agricultura do Centro e lhe foi dado conhecimento de que o projeto consignado não avançou devido ao facto do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) não ter respondido a algumas questões do mesmo.-----

----No referente às ETARs reservava os esclarecimentos para a intervenção que vai fazer acerca do saneamento.-----

----De seguida o Vereador Nuno André Rodrigues Faustino, após anuência para intervir, referiu que na sessão da Assembleia em que foi aprovado o Concurso para a concessão da conceção, construção, financiamento, colocação em serviços e exploração da nova Central de Valorização de Biomassa sugeriu que deveriam ser feitas no mínimo quatro auditorias ao funcionamento da Central por forma a aferir a sua eficácia em termos de poluição gerada para o ambiente, uma vez que a lei determina somente duas.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal procedeu, de imediato, à leitura de uma Moção de Protesto Contra a Invasão da Ucrânia pela Rússia, que foi subscrita e aprovada pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal, que a seguir se transcreve: -----

----“MOÇÃO: Ontem, em pleno século XXI fomos confrontados com a notícia da invasão da Ucrânia pela Rússia, subvertendo os princípios básicos da soberania de todos os países consagrados na ONU.-----

----A Assembleia Municipal de Mortágua não pode ficar indiferente e deixar de condenar veementemente tal agressão, exigindo ao agressor que termine com tal ato em que vão perecer muitas e muitos civis inocentes.-----

----Assim, a Assembleia Municipal de Mortágua, na sessão ordinária de 25/02/2022, aprovou remeter a presente Moção ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Portugueses e as Embaixadas da Ucrânia e Rússia em Portugal”.-----

----O Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que após a tomada de posse do Executivo contactou empresas para a elaboração de um estudo ao estado das ETARs do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Concelho e apresentação da solução integrada ao nível do Tratamento das Águas Residuais no sentido de resolver os problemas ambientais existentes, tendo solicitado informação ao Chefe da DCTSU sobre o assunto, sem que este tenha elaborado e apresentado a mesma.—

-----Entretanto foi surpreendido por e:mail enviado, em 9/02/2022, pelo Chefe da Administração da Região Hidrográfica (ARH) do Centro, a comunicar que tinham procedido à revogação de suspensões de decisões de execução das coimas que tinham sido aplicadas ao Município referentes aos processos de contra-ordenação das ETARs (Felgueira, Vila Meã, Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira e Crafuncho), dado não ter sido comprovado nos respetivos autos, até aquela data, o cumprimento suspensivo, ou seja a realização de obras/medidas corretivas ao seu funcionamento, encontrando-se também respetivos licenciamento caducados.-----

-----O Assessor jurídico do Município informou das diligências que tinham sido efetuadas anteriormente junto da ARH relativamente aos processos de contraordenação, e que levaram à suspensão dos prazos de aplicação das coimas.-----

-----Assim, foi confrontado com uma situação muito grave e que desconhecia, pois o anterior executivo nunca deu conhecimento do que se passava a nível das ETARs relativamente á aplicação de coimas que datam de 2019, tendo adiado a resolução do problema no âmbito da audiência prévia do processo respetivo, e feito compromissos que não honraram. -----

-----Deste modo, face à revogação da suspensão da decisão de execução das coimas do processos referidos, foi enviado um e:mail ao Chefe de Divisão e para que explicasse o ocorrido dado ser o responsável daquele sector. Constatou-se que não estavam submetidos na plataforma da ARH os resultados das análises das ETARs, condição necessária ao seu licenciamento. Solicitou que fosse de imediato elaborado um levantamento exaustivo do estado das ETARs com proposta de medidas corretivas para mitigar a situação.-----

-----Após a realização de reunião com a ARH para a resolução da situação e na qual lhe foi dado conhecimento dos vários alertas que aqueles serviços vinham fazendo para o tratamento do problema, foi diligenciado o envio de toda a informação à ARH para o licenciamento respetivo das ETARs,.-----

-----Verifica-se assim que pode estar em causa o equilíbrio financeiro do Município, pelo que foi solicitada a prorrogação de mais 1 ano para o cumprimento das medidas impostas em 2019, sendo o valor mínimo de cada coima de 25.000,00 €, podendo ainda ser aplicadas sanções acessórias. Certo é que se desconhecia o estado real em que se encontravam as ETARs no Concelho.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Perante esta situação este Executivo vê-se confrontado com a certeza de que não pode esperar para avançar com o projeto integrado, uma vez que pretendia lançar o procedimento de conceção/execução.-----

-----No momento encontra-se em fase de receção provisória as obras de reparação/reabilitação da ETAR de Vila Meã.-----

-----Quanto à ETAR do Crafuncho o assunto encontra-se em análise considerando o licenciamento de construção de uma nova Unidade Hoteleira não se sabe como é que feita uma vez que devia prever o tratamento de resíduos doméstico, considerando a sua dimensão e natureza. A ETAR do Crafuncho é municipal e foi construída no âmbito das infraestruturas do Plano de Pormenor, é gerida pelo Município e foi dimensionada para outra realidade de moradias de férias e não de Unidades Hoteleiras com mais de 500 alojamentos.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que não era novidade o que se veio a constatar agora, o Membro da anterior Assembleia Municipal Cláudio Jorge Gomes de Matos alertou várias vezes para o cheiro e o estado das ETARs, não tendo as pessoas com responsabilidades assumido as mesmas, não pode assim a culpa morrer solteira.-----

-----O Vereador Nuno André Rodrigues Faustino, após anuência para intervir, usou da palavra dizer que deveria ser feita uma Assembleia extraordinária aberta a todos os Municípes para tomarem conhecimento do que se passava, devendo estar presentes as pessoas com a responsabilidade no assunto para que explicassem o sucedido.-----

-----O Presidente da Câmara interveio salientando que informou a Assembleia Municipal do que se estava a passar, como órgão deliberativo e de fiscalização da atividade municipal e que pode tomar as medidas que entender necessárias, que pode disponibilizar aos partidos os documentos para análise e tomarem uma decisão concertada numa próxima sessão se for considerado por conveniente.-----

-----O Membro Óscar Miguel Seabra Gomes usou da palavra para referir que o assunto é grave e lhe apraz como está a ser tratado pelo Executivo, de forma formal como deve ser e não o chocava que a informação ficasse apenas à ata.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que o assunto devia passar para a esfera do Tribunal, considerando que as pessoas tem de ser chamadas às suas responsabilidades.-

-----O Membro Luís Miguel de Sousa Dias interveio para referir que é com satisfação que constata que o Executivo teve a determinação de assinalar o problema e identificar os responsáveis, que deveriam ser presentes a uma Assembleia Municipal para explicar os factos para os quais foram várias vezes alertados neste Órgão.-----



Handwritten signature and date: 2/5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Membro Marília Abreu Ferreira Melo e Sousa salientou ser de bom senso marcar uma sessão extraordinária para tratar do assunto em questão.-----

-----O Membro Nelson António Rodrigues Filipe interveio para informar que na sequencia de numa reunião de Câmara realizada em 2019 em que teve conhecimento de uma intervenção realizada na ETAR do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, tomou a iniciativa de se deslocar ao local e verificou que as lagoas tinham sido cortadas por uma buldózer estando a correr as escorrências das mesmas, tendo informado o Senhor Presidente da Câmara de então do que se estava a passar tendo este dito que era assim que se tratava o problema existente na lagoa da ETAR .-----

-----De seguida passou-se à consecução do Período da Ordem do Dia:-----

-----**PONTO UM: Apreciação da informação do Presidente da Câmara ácerca da Atividade Municipal:**-----

-----O Presidente da Câmara procedeu nos termos do nº.1 do artigo 64º. do Regimento da Assembleia Municipal à apresentação da informação sobre a atividade municipal no período que decorreu desde a última sessão, que se dá aqui por integralmente reproduzido ficando arquivadas na pasta da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros nos termos do Regimento.-----

-----Tendo no entanto complementado a mesma com a informação que se dá aqui por integralmente reproduzida ficando arquivada na pasta da presente sessão, e que resumidamente se reporta aos seguintes assuntos:-----

----- Da transferência de competência para os Municípios nas áreas da Ação Social, Saúde e Educação que se efetivam a partir de 1/04/2022, verificando-se no entanto que ainda falta o Governo atualizar os valores do respetivo envelope financeiro, uma vez que ainda se reportam a valores aferidos de despesa de 2018.-----

-----Os Decretos-Lei de concretização da transferência de competências determinam a criação e constituição de Comissões de acompanhamento e Monitorização das respetivas Transferências de Competências, e provavelmente em abril o orçamento do município já irá contemplar as verbas previstas no respetivo envelope financeiro.-----

-----Está a ser feita uma alteração ao projeto de Requalificação da Casa Lobo, tendo em vista a instalação de serviços do Município, nomeadamente o Posto de Turismo, Serviços de Ação Social e o BUPI.-----

-----Das diligências efetuadas junto da ARS Centro no sentido de instalar um novo Equipamento de Imagiologia no Centro de Saúde, no entanto verifica-se que o PT2020 prevê



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

o financiamento de diverso equipamento médico com exceção de imagiologia, pelo que a Câmara terá que suportar o respetivo custo da parte não comparticipada da candidatura que terá de ser elaborada pela CIM Região de Coimbra .-----

----Relevou o empenho excecional no trabalho desenvolvido pelos Sapadores Florestais em toda a área do Concelho, na limpeza das áreas de proteção às vias municipais principais e secundárias.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal solicitou esclarecimentos sobre os lugares criados no mapa de pessoal questionando se iriam ser colocados a concurso.-----

----O Presidente da Câmara respondeu que vão ser desenvolvidos os respetivos procedimentos concursais para a ocupação dos respetivos lugares, sendo que a tramitação do processo será efetuado por uma entidade externa, a contratar respetiva aquisição de serviços, e alguns dos lugares vão ser ocupados pelo regime, previsto na Lei, da mobilidade de pessoas que se encontram a trabalhar em serviços públicos fora do Concelho e que manifestaram interesse em vir para junto da família.-----

----PONTO DOIS: Apreciação e votação da proposta de Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Mortágua em conformidade com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, operada nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.-----

----O Presidente da Câmara Municipal de Mortágua justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, referindo que a reorganização dos serviços visa melhorar a prossecução das atribuições do Município, dotando a organização de uma estrutura que lhe forneça flexibilidade, agilidade e responsabilização, necessárias à obtenção de elevados padrões de qualidade na prestação dos serviços e à maximização da rentabilidade dos recursos humanos, não descurando a sua motivação.-----

----Não se registando o pedido de qualquer esclarecimento foi o assunto colocado à votação, tendo sido a moldura organizacional dos serviços municipais, aprovada por maioria, com 17 votos a favor, sendo 15 dos Membros do Partido Socialista, 1 do Presidente da Junta de Freguesia do Sobral do Grupo de Cidadãos Unidos Pelo Sobral, 1 do Presidente da Junta de Freguesia de Pala do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua, e 4 abstenções do Membros do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua, Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa; Manuel Marques Pereira; Ana Rita Nobre dos Santos e Tiago Jorge Mira Mendes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----PONTO TRÊS: **Apreciação, discussão e votação do Mapa de Demonstração de Desempenho do Orçamental do Ano de 2021:**-----

-----O Presidente da Câmara Municipal de Mortágua justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão.-----

-----Como não se registou qualquer outro pedido de intervenção, foi o assunto colocado à votação e aprovado, por unanimidade.-----

-----PONTO QUATRO: **Apreciação, discussão e votação da 1ª. Alteração Orçamental Modificativa – Revisão de 2022,** foi aprovada por unanimidade.-----

-----O Presidente da Câmara prestou mais algumas informações sobre o documento que foi enviado a todos os membros e que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta da presente sessão, referindo que o mesmo se destinava a dar entrada contabilisticamente do saldo da Gerência de 2021.-----

-----De seguida como não se registou qualquer pedido de intervenção, foi após posta à votação, aprovada, por unanimidade, a 1ª. Alteração Orçamental Modificativa – Revisão de 2022.-----

-----PONTO CINCO: **Apreciação, discussão e votação da 1ª. Revisão das Grandes Opções do Plano de 2022,** foi aprovada por unanimidade.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros, pela necessidade de inscrever novos projetos nas GOPs.-----

-----De seguida como não se registou qualquer pedido de intervenção, após posta à votação foi aprovada, por unanimidade, a 1ª. Revisão das Grandes Opções do Plano de 2022.-----

-----PONTO SEIS: **Apreciação, discussão e votação da Proposta de Orçamento Municipal para o ano de 2022:**-----

-----O Presidente da Câmara procedeu à apresentação conjunta das Opções do Plano e Orçamento de 2022, e que foi distribuído por todos os membros ficando arquivado na pasta dos documentos da presente sessão.-----

-----Em síntese referiu que: Os documentos previsionais para 2022 – Orçamento e Opções do Plano suportam as ações e projetos a desenvolver no ano de 2022, e contemplam também as propostas apresentadas pelo Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua.-----

-----O Orçamento Municipal apresenta o valor de 16.393.481,00 euros, que permitirá executar 9.256.500,00 euros referentes aos compromissos plasmados nas Grandes Opções do Plano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(GOP), para o ano de 2022 -----

-----É um Orçamento rigoroso, realista e responsável, centrado na melhoria das condições e da qualidade de vida das pessoas, no apoio às famílias, promovendo a economia, a ação social, a cultura e cidadania, o ambiente, e que cumpre os compromissos assumidos pela equipa do Partido Socialista perante Mortágua e os Mortaguenses.-----

-----Aumentar a capacidade atrativa do território, em termos de fixação e atração de pessoas, empresas e investimento, e a valorização dos seus recursos endógenos, é um objetivo estratégico do programa de desenvolvimento a implementar no quadriénio 2022-2025. -----

-----O Orçamento e as GOP refletem uma reorientação das linhas da ação municipal no sentido de recolocar o concelho numa rota de desenvolvimento que seja estruturada e produza resultados consistentes e de longo prazo em termos de valorização do território e dos seus recursos humanos.-----

-----Este Orçamento, é o início de um caminho que vamos percorrer nestes quatro anos, com o desígnio de promover o desenvolvimento do concelho nos vários setores, a qualidade de vida das pessoas, a inclusão social e a prestação de melhores serviços aos cidadãos.-----

-----Os primeiros meses de mandato serviram para arrumar “a casa”, reorganizar prioridades e recuperar dossiês que se apresentavam em atraso face a prazos legais, o que podia significar perder o acesso a financiamentos significativos para a realização de melhorias de que o concelho precisa. -----

-----A aprovação do Orçamento e das GOP permite agora executar os projetos, programas e ações que materializam uma nova dinâmica e visão estratégica, envolvendo os Municípes, as Associações, as Instituições, as Empresas, como parte integrante e ativa desse processo.-----

-----A fixação e atração de pessoas passa pela criação de mais emprego, e sobretudo emprego qualificado, prossequindo a ampliação do Parque Industrial e perspetivando novas áreas de expansão, mas também pela oferta de outras condições, desde logo ao nível da habitação, para que as pessoas escolham Mortágua não só para trabalhar mas também para viver. -----

-----É nesse sentido que surgem os programas “Habitação Jovem” e “Mortágua Habita+”, que visam apoiar a renda de habitação para jovens até aos 30 anos, bem como incentivar a reabilitação de casas através da concessão de benefícios em termos de isenções de IMI, IMT, licenciamento, redução de IRS. Mas também passa por outras medidas, como o programa “Creche para Todos”, garantindo a gratuitidade desta valência para todas as famílias já a partir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do próximo ano letivo.-----

-----Orçamento Participativo vai contar com 200 mil euros/ano.-----

-----É de referir que, pela primeira vez, vai ser implementado o Orçamento Participativo, estando prevista uma verba anual de 200 mil euros para esse efeito. Desta forma, os munícipes, as associações, a sociedade civil, passam a ter uma participação na elaboração do Orçamento, apresentando propostas, ideias, que poderão depois ser consideradas e vertidas no mesmo.-----

-----É de salientar também o investimento na conservação, remodelação e beneficiação de vários equipamentos municipais, como Piscinas, Pavilhão, Centro de Animação Cultural, Bairro Social, entre outros, prevendo-se um investimento superior a 1 milhão de euros até 2025. Outro setor de forte investimento diz respeito aos sistemas de tratamento de águas residuais, que deverá representar um investimento global de perto de 10 milhões de euros até 2025.-----

-----É um plano de intervenções a executar de forma faseada, pela sua dimensão e volume financeiro, em que teremos de captar e aproveitar os fundos comunitários disponíveis, de forma a não comprometer as funções sociais e o equilíbrio financeiro do Município.-----

-----Para as Juntas de Freguesia está prevista a transferência global de 750 mil euros, para apoio ao funcionamento e a investimentos.-----

-----Em termos das Grandes Opções do Plano, as áreas da Demografia e Desenvolvimento; Gestão, Recursos e Relação com o Município (inclui as transferências para as Juntas de Freguesia); Educação e Juventude; Cidadania, Cultura, Desporto e Associativismo; Água, Saneamento e Salubridade, são as que têm mais verbas alocadas. Seguem-se as áreas da Habitação e Urbanização e Comunicações e Transportes.-----

-----Referiu que se trata de um Orçamento que reforça o compromisso social com as populações.-----

-----É um Orçamento de muita responsabilidade e rigor, tendo em consideração a conjuntura económica do País, porém sem capitulações relativamente às políticas sociais que o Município vem aplicando e à estratégia de desenvolvimento traçada para o concelho. Um concelho modelo de desenvolvimento sustentado, coeso e socialmente justo, onde vivam e trabalhem pessoas felizes.-----

-----O Orçamento contempla a promoção da cidadania como fator de realização pessoal e coletiva, e reflete os valores da solidariedade de um Município e de uma administração amiga das pessoas e das instituições, atenta, de forma muito particular, aos sectores mais frágeis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da sociedade local.-----

----Solicitados pelo Presidente da Mesa os Membros a fazerem as suas intervenções, usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Pala para dizer que via com apreço a renovação da área de mobilidade dada a existência de postes de iluminação nos passeios, pelo que era bom uma solução para isso-----

----O Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que congratula-se com os projetos e ações previstos nas áreas do emprego, saúde e ação social, saneamento e água.-----

----De seguida o Membro Carlos Eduardo Araújo Diogo começando por felicitar a Câmara Municipal pelo destino que vai ser dado à Casa Lobo, fazendo depois a seguinte intervenção: Vou aproveitar este momento para vos falar sobre um flagelo presente em todo o Mundo, a pobreza menstrual. Num estudo de 2020 sobre a conceção de 445 mulheres portuguesas sobre menstruação e higiene menstrual, apresentado na Universidade do Minho, quase 17% das mesmas afirmaram ter dificuldades na compra de produtos como pensos higiénicos, tampões ou com copo menstrual. -----

----Pela Europa surgiram inúmeros estudos liderados pela Plan International relativos a este tema, afirmando, por exemplo, que uma em cada dez raparigas não conseguem adquirir estes produtos de higiene feminina e que isso as afetava na sua participação escolar. Mais recentemente, a primeira-ministra da Nova Zelândia Jacinda Arden afirmou que 1 em cada 12 jovens não vão à escola por problemas relacionados com a falta de acesso a produtos de higiene feminina.-----

----Esta é, aliás, uma conclusão comum de todas estas análises: a pobreza menstrual é não só uma problemática que afeta a higiene, saúde e bem-estar das mulheres como, indiretamente, afeta a sua vida quotidiana. A título de exemplo, a Escócia e a Nova Zelândia já implementaram programas de distribuição gratuita de produtos de higiene feminina nas escolas.-----

----Por isso, a Juventude Socialista apresentou ao executivo camarário uma proposta que consiste num projeto piloto a implementar já a partir do próximo ano letivo: a gratuidade de produtos de higiene feminina, em concreto pensos, tampões e copo menstrual, a serem distribuídos na escola a todas as jovens que já tenham iniciado a sua fase de menstruação e que provenham de famílias com carências económicas. Este é um projeto piloto e terá, numa primeira fase, uma incidência nas jovens que tenham escalão A do subsídio escolar e nas jovens que, apesar de não terem escalão A, estejam ou venham a ser sinalizadas pelos serviços de Ação Social da Câmara Municipal de Mortágua em articulação com o



Handwritten signature and the number 217.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Agrupamento de Escolas de Mortágua como, aliás, já é feito para outras matérias. Sabemos também que há jovens no Ensino Superior com graves carências económicas, muitas das mesmas já sinalizadas pelos serviços de Ação Social da Câmara Municipal, e que terão também direito à gratuitidade destes produtos, sendo que todas as jovens poderão candidatar-se a este apoio da mesma forma que se candidatam para o subsídio escolar ou bolsa de estudo, estando ainda os critérios para elegibilidade a serem definidos. -----

-----Além disto, este projeto prevê campanhas de promoção e sensibilização para a utilização do copo menstrual, produto que é muito mais amigo do ambiente, pelo facto de ser um produto reutilizável por um período máximo de 10 anos, na maioria dos casos, e que tem óbvias vantagens para o combate aos gastos avultados em recursos e matéria-prima que os produtos mais convencionais preveem. -----

-----Esta é, de forma resumida, a proposta que apresentámos ao executivo da Câmara Municipal e que recebeu desde logo o nosso apoio, quando o projeto ainda era apenas uma ideia e não um projeto. -----

-----Gostaria de finalizar dizendo algo extremamente importante e de louvar: seremos muito provavelmente o primeiro município do país a implementar a gratuitidade de produtos de higiene feminina na escola, mostrando um sinal claro ao país de como a política deve ser feita com e para as pessoas, de forma concreta, promovendo a melhoria das suas vidas.-----

Esta é, meus caros, uma proposta que espelha o que a Juventude Socialista defende para a sociedade!: uma sociedade que combata as desigualdades sociais e económicas, uma sociedade que defende os mais frágeis e carenciados e que combate o insucesso escolar, que sabemos que tem muitas razões de acontecer e nem sempre as conseguimos ver. -----

-----Contem com a Juventude Socialista para que ao longo destes 4 anos, tanto na sociedade civil como em sede de Assembleia Municipal, contribuir positivamente para a promoção destes valores e para a melhoria da vida de todos os Mortaguenses.-----

-----Enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar.”-----

-----O Presidente da Câmara agradeceu o contributo da Juventude Socialista, e informou que a proposta apresentada vai ser implementada nas Escolas do Concelho no início do próximo ano letivo.-----

-----O Presidente da Assembleia interveio para manifestar a concordância aquela medida.—

-----O Membro Tiago Jorge Mira Mendes usou da palavra para referir que as questões do ambiente são muito importantes para o Concelho, e verifica-se somente a sua referência em 4 pilares das GOPs, o que na prática denota que não há projetos no área do ambiente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Entende que a valorização e preservação do Ambiente devia ser uma bandeira para Mortágua considerando as suas características e recursos naturais endógenos, o Orçamento e Opções do Plano deviam ir mais longe, sendo esta uma melhoria a ter em conta nestes documentos.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que vai ser criada uma Unidade do Ambiente, que se vão recrutar técnicos especializados para aquela área (Eng.º do Ambiente); as ações de preservação e valorização do ambiente estão disseminadas pelas várias áreas das GOP, considerando a política integrada de desenvolvimento do território.-----

-----O Membro Ana Rita Nobre Santos, em representação do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua, procedeu à leitura da seguinte Declaração de Voto:-----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

-----Tendo em conta que não acreditamos que o atual orçamento seja cumprido tal como está, que existem alguns sinais de alerta, como por exemplo as despesas correntes serem superiores às receitas correntes, o grupo de cidadãos eleitores Renovar Mortágua não pode votar favoravelmente a este orçamento.-----

-----Olhando para as GOP, nota-se a ausência das áreas do ambiente ou do turismo nas 10 GOPs elencadas. Noutras áreas essenciais para o bem-estar local, as medidas, que não dependem exclusivamente do município não apresentam soluções para os problemas dos mortaguenses.-----

-----Continuamos a afirmar que o problema da Saúde do concelho só poderá ser resolvido com a criação de uma Unidade de Saúde Familiar que permita a fixação de médicos e o desenvolvimento sustentado de iniciativas como a Unidade de saúde móvel.-----

-----No entanto, existem algumas medidas que consideramos extremamente relevantes para o desenvolvimento do concelho, como por exemplo a atualização das cartas educativa e social (esperamos que sejam também criadas a carta que ajude a caracterizar os equipamentos desportivos e os equipamentos de combate a incêndios existentes no concelho), o orçamento participativo (onde continuamos a defender um orçamento participativo dedicado à população mais jovem), o fim do longo processo de revisão do PDM e a criação do à muito necessário gabinete de apoio às juntas de freguesia.-----

-----Deste modo, também não nos sentíamos confortáveis em votar contra este orçamento. -

-----Assim, o grupo de cidadãos Renovar Mortágua vai abster-se, mostrando assim a sua concordância com algumas das medidas apresentadas e os seus receios relativamente às questões financeiras que este orçamento apresenta e à ausência de medidas concretas em



213

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

algumas das áreas que consideramos serem chave para o desenvolvimento futuro do concelho”.

-----O Presidente da Câmara agradeceu a intervenção informando que cada vez mais os investimentos a realizar é nas pessoas, na melhoria da sua qualidade de vida, na fixação de pessoas e jovens, criando-se incentivo, respostas e apoios sociais, em particular na educação, ação social, saúde e na cultura, desporto e tempos livres, mas também nas restantes áreas, o que significa aumento de despesas correntes, acresce que com a transferência de competências vão aumentar com o pessoal, com o funcionamento e os encargos das instalações municipais, com as viaturas, etc...

-----Os Municípios dependem das transferências do Estado e cada vez mais as receitas correntes vão ser deficitárias em relação às despesas correntes.

-----O Membro Manuel Marques Pereira interveio para congratular a Câmara Municipal pelo projeto previsto para a Casa Lobo, edifício que lhe diz muito, pois fez parte da sua vida, e vai passar a ter uma nova vida para a comunidade do Concelho.

-----Em relação ao orçamento questionou algumas rubricas nomeadamente a classificação “outros” de “outros” .

-----O Presidente da Câmara esclareceu que a desagregação do Orçamento foi feita nos termos da classificação económica do SNC-AP e o que não integra os outros tem que ser classificado em outros de outros.

-----Assim, como não se registou qualquer pedido de intervenção foi o documento colocado à votação e aprovado por maioria, com 17 votos a favor, sendo 15 dos Membros do Partido Socialista, 1 do Presidente da Junta de Freguesia do Sobral do Grupo de Cidadãos Unidos Pelo Sobral, 1 do Presidente da Junta de Freguesia de Pala do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua, e 4 abstenções do Membros do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua, Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa; Manuel Marques Pereira; Ana Rita Nobre dos Santos e Tiago Jorge Mira Mendes, o Orçamento de 2022, bem como o anexo referente às taxas municipais.-

-----**PONTO SETE: Apreciação, discussão e votação das Opções do Plano para o ano de 2022:**

-----Uma vez que as Opções do Plano foram apresentadas conjuntamente com o Orçamento e não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se de imediato à votação, tendo sido aprovadas por maioria, com 17 votos a favor, sendo 15 dos Membros do Partido Socialista, 1 do Presidente da Junta de Freguesia do Sobral do Grupo de Cidadãos Unidos Pelo Sobral, 1 do Presidente da Junta de Freguesia de Pala do Grupo de Cidadãos Renovar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua, e 4 abstenções do Membros do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa; Manuel Marques Pereira; Ana Rita Nobre dos Santos e Tiago Jorge Mira Mendes, as Opções do Plano para 2022.-----

-----PONTO OITO: **Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal do Município para 2022:**-----

-----O Presidente da Câmara justificou que o Mapa de Pessoal teve em atenção as Opções do Plano (Plano de Atividades) para 2022, e cujo documento se dá aqui por integralmente reproduzido e que foi enviado a todos os membros nos termos do Regimento, ficando arquivado no processo da presente sessão.-----

-----O Membro Ana Rita Nobre Santos, em representação do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua, procedeu à leitura da seguinte Declaração de Voto:-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

-----É reconhecido por todos que o Município terá de reforçar os seus quadros nos próximos anos. Não só para fazer face às novas competências que vai receber por parte do estado, mas também porque existe uma falta de mão-de-obra na câmara e uma percentagem elevada dos seus funcionários está a aproximar-se da idade da reforma e é necessário garantir a transmissão do conhecimento existente para a geração futura de trabalhadores.-----

-----Consideramos também de saudar a vontade do executivo integrar nos seus quadros profissionais que já trabalham para a câmara de forma permanente, mas que não possuem um vínculo permanente, como é o caso dos sapedores florestais. Acreditamos que não serão os únicos profissionais nesta situação, mas saudamos a resolução dos seus problemas.-----

-----No entanto, consideramos que o aumento apresentado é manifestamente exagerado e não será possível ocupar os lugares apresentados, ficando os lugares abertos à espera que apareça a pessoa certa para os ocupar.-----

-----Adicionalmente, o novo organigrama prevê a criação de um elevado número de cargos de direção intermédia, algo que nunca foi seguido pelos executivos anteriores.-----

-----Deste modo, o grupo de cidadãos eleitores Renovar Mortágua vai abster-se neste ponto, uma vez que acredita que a criação de quase 100 novas posições é, claramente, um exagero relativamente às necessidades, em particular os cargos de direção intermédia e que, se fossem todas ocupadas, representariam um aumento nas despesas fixas do município levando ao adiar das obras estruturantes que o Município tanto necessita.”-----

-----De seguida o Presidente da Junta de Freguesia de Pala interveio para fazer a seguinte Declaração de Voto:-----



2/3

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“Gostaria de elucidar esta Assembleia que o meu sentido de voto favorável na votação do Orçamento para 2022 e do Mapa de Pessoal para o Município, não é fruto de qualquer indisciplina para com o Movimento Renovar Mortágua que integro e com o qual estou incondicionalmente solidário. Essa vontade e decisão é do conhecimento do nosso grupo aqui presente e tem subjacente os seguintes pressupostos:-----

-----1- O Orçamento previsto dá seguimento, acreditamos que de forma assertiva, à concretização de uma infraestrutura de elevada importância para o desenvolvimento da Freguesia de Pala, que é o Aproveitamento Hidroagrícola das Várzeas de Macieira, Pala, Moitinhhal e Monte de Lobos desta Freguesia, com irrigação das suas áreas a partir da Barragem de Macieira.-----

-----Por outro lado, neste Orçamento, verificamos que não foram diminuídas as verbas relativas às transferências para despesas correntes e de capital do Município para a freguesia.-----

-----2- Relativamente ao Mapa de Pessoal, embora note alguma falta de sintonia entre o seu previsível alargamento e a constante diminuição populacional do Concelho, será de saudar com satisfação a prevista criação do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, há muito ansiado.-----

-----Esperamos, que assim, haja um interlocutor e um sólido elo de ligação com o Município que nos ajude a resolver, desbloquear ou canalizar situações que muitas vezes ficam presas nas gavetas ou nos inibem dum contacto rápido e atempado para a resolução das nossas pretensões.-----

-----Contudo, esperamos também, que não seja mais um gabinete e que a pessoa ou pessoas que vierem a desempenhar as respetivas funções, estejam imbuídas no espírito e na filosofia das atribuições e no desempenho das freguesias.-----

-----Estas, portanto, as razões de consciência que nos levaram a votar favoravelmente as referidas propostas.-----

-----Não se registando qualquer pedido de esclarecimento foi o documento posto à votação e foi aprovado por maioria, com 17 votos a favor, sendo 15 dos Membros do Partido Socialista, 1 do Presidente da Junta de Freguesia do Sobral do Grupo de Cidadãos Unidos Pelo Sobral, 1 do Presidente da Junta de Freguesia de Pala do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua, e 4 abstenções do Membros do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa; Manuel Marques Pereira; Ana Rita Nobre dos Santos e Tiago Jorge Mira Mendes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----PONTO NOVE: Apreciação, discussão e votação da Proposta de Transferência de verbas para as Freguesias (alínea j) do nº. 1 do artº. 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro:-----

-----O Presidente da Câmara justificou a apresentação do documento, que se dá aqui por integralmente reproduzido, e que foi enviado a todos os membros nos termos do Regimento, ficando arquivado no processo da presente sessão, pelo facto de as Juntas de Freguesia serem os órgãos mais próximos das populações que melhor podem responder a algumas das suas solicitações, pelo que havia de dotá-las dos respetivos meios financeiros.-----

-----Terminada a intervenção, o Presidente da Assembleia solicitou os Membros presentes a pronunciarem-se sobre a mesma, foi o documento colocado à votação e aprovado por unanimidade a Transferência de verbas para as Freguesias (alínea j) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----PONTO DEZ: Apreciação, discussão e votação da Autorização Prévia Genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais (al. c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, e do artigo 12º do decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho):-

-----O Presidente da Câmara justificou a apresentação da proposta, que se dá aqui por integralmente reproduzida, e que foi enviado a todos os membros nos termos do Regimento ficando arquivada no processo da presente sessão, referindo que a mesma se deve ao facto de se tornar necessário agilizar os procedimentos de gestão corrente da atividade do Município que, de outra forma, teriam que aguardar pelas respetivas sessões da Assembleia para se poderem efetivar .-----

-----Assim, e depois de apreciada a proposta de alteração e de esclarecidos os preceitos legais, foi o assunto colocado à votação, tendo sido a Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei nº. 8/2012, de vinte e um de Fevereiro – Lei dos compromissos (LCPA), aprovada por unanimidade.-----

-----PONTO ONZE: Apreciação, discussão e votação da Autorização Prévia de Compromisso Plurianual do Procedimento de Consulta Prévia para Adjudicação do Fornecimento de Energia Elétrica em Mercado Livre, correspondente os lotes 1- Baixa Tensão Normal (BTN; 2- Baixa Tensão Especial (BTN); 3- Média Tensão (MT) ao Abrigo do Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da CIM Região de Coimbra:--

-----O Presidente da Câmara informou que o pedido que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviada a todos os



Handwritten signature and initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

membros nos termos do Regimento, se deve ao cumprimento da Lei dos compromissos uma vez que o fornecimento irá desenvolver-se em dois anos civis o que obrigava a obter a autorização da Assembleia Municipal.-----

-----Não se tendo verificado qualquer pedido de esclarecimento, depois de colocado à Votação foi aprovado, por unanimidade.-----

-----PONTO DOZE: Apreciação, discussão e votação da Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Revisão das Cartas Educativas Região de Coimbra – Concurso Público para Aquisição de Serviços:-----

-----O Presidente da Câmara informou que o pedido que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no processo da presente sessão, e que foi enviado a todos os membros nos termos do Regimento, se deve ao cumprimento da Lei dos compromissos uma vez que o financiamento da candidatura irá desenvolver-se em 2022 e 2023, configurando assim um compromisso plurianual.-----

-----Não se tendo verificado qualquer pedido de esclarecimento depois de colocado à votação foi aprovado por unanimidade o pedido de autorização do compromisso plurianual.-----

-----PONTO TREZE: Apreciação, discussão e votação da Proposta da Mesa - Constituição de Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento e elaboração do Projeto de Regimento da Assembleia Municipal para o Mandato de 2021-2025:-----

-----O Presidente da Assembleia procedeu à leitura da proposta, que fica arquivado no processo da presente sessão, e que se transcreve:-----

---Proposta: “Constituição de Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento e elaboração do Projeto de Regimento da Assembleia Municipal para o Mandato de 2021-2025.-----

-----Considerandos: -----

-----1 - A instalação da Assembleia Municipal ora em funções, ocorreu no passado dia 15 de outubro de 2021;-----

----- 2 - De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 45.º da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro na sua redação atual (adiante designado por RJAL), aquando da instalação da nova Assembleia Municipal, enquanto não for aprovado o novo Regimento, contínua em vigor o anteriormente aprovado; -----

-----3.- Na sessão ordinária de 15 de outubro de 2021, ocorrida após a instalação da Assembleia e na qual foi eleita a constituição da Mesa da Assembleia Municipal, foi, nos termos e para efeitos do disposto nº. 5 do artigo 45º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sua atual redação, deliberado, por unanimidade, que a análise e aprovação do regimento fosse feita em nova sessão.-----

-----4 - Compete à Mesa da Assembleia Municipal, propor a constituição do referido grupo de trabalho, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regimento em vigor. -----

-----Assim e ao abrigo das disposições legais e regimentais supra indicadas, o Presidente da Mesa propõe à Assembleia Municipal que delibere aprovar: -----

A constituição do grupo de trabalho para a revisão do atual Regimento e elaboração do projeto final do Regimento para o Mandato 2021-2025, presidido pela 2ª. Secretária da Mesa da Assembleia e com a seguinte composição: -----

-----Um Membro indicado pelo Partido Socialista, um Membro indicado pelo Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua .-----

-----A fixação do prazo de 90 dias, renováveis se necessário.-----

-----Não se tendo verificado qualquer pedido de esclarecimento depois de colocado à votação foi aprovado por unanimidade, constituir o Grupo de Trabalho com a seguinte constituição: 2ª. Secretária da Mesa, Drª. Josiana Maria Marques Ferreira, que presidirá; Drª. Marília de Abreu Ferreira Melo de Sousa, do Grupo de Cidadãos Renovar Mortágua; Dr. Óscar Miguel Seabra Gomes, do Partido Socialista.-----

-----**PONTO CATORZE: Apreciação, discussão e votação da Proposta do Grupo de Cidadão Renovar Mortágua – Criação de Comissão de Acompanhamento à Transferência de Competências na Área da Educação,** foi retirada a proposta.-----

-----**PONTO QUINZE: Apreciação, discussão e votação da Proposta do Grupo de Cidadão Renovar Mortágua – Criação de Comissão de Acompanhamento à Transferência de Competências na Área da Ação Social,** foi retirada a proposta.-----

-----**PONTO DEZASSEIS: Apreciação, discussão e votação da Proposta do Grupo de Cidadão Renovar Mortágua – Criação de Comissão de Acompanhamento à Transferência de Competências na Área da Saúde,** foi retirada a proposta.-----

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção destinado ao público presente, não se tendo, no entanto, verificado qualquer pedido.-----

-----Finalmente, foi lida a ata em minuta que, após votação, foi aprovada por unanimidade.---



Handwritten mark

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão pelas dezanove horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários.-----

Handwritten signatures